



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 57/08

Florianópolis, 12 de agosto de 2008

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto, contendo a Alteração 1.772 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração acresce o art. 12-C ao Anexo 2, que estabelece redução de base de cálculo nas operações interestaduais tributadas pela alíquota de 12% das seguintes mercadorias: motores de veículos automotores, cabeçotes para motores de veículos automotores e virabrequins para motores de veículos automotores.

3. A medida, que tem por escopo atrair a instalação em território catarinense de indústria do setor automotivo, encontra fundamento no art. 43 da Lei 10.297/96, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, sempre que outra unidade da Federação conceda benefícios fiscais ou financeiros de que resulte redução ou eliminação, direta ou indiretamente, de ônus tributário, com inobservância do disposto na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal, a tomar as medidas necessárias para a proteção dos interesses da economia catarinense. Nesse sentido, cumpre noticiar a existência das seguintes normas estaduais de incentivo ao setor automotivo, dentre outras: Lei 11.675/99 do Estado de Pernambuco, que prevê a concessão de crédito presumido de até 95% do imposto devido; Decreto 5265/00 do Estado de Goiás, que concede até 73% do imposto devido e Decreto 37.699/97 do Estado do Rio Grande do Sul, que prevê a concessão de crédito presumido de 70,5% do imposto devido.

Excelentíssimo Senhor
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado
Florianópolis/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

4. No que tange aos reflexos da medida sobre a arrecadação, importa destacar que o benefício tem por finalidade estimular a produção de mercadoria inexistente na cadeia produtiva catarinense, vislumbrando-se assim que a adoção da presente proposta, além de não afetar o equilíbrio orçamentário, traduzir-se-á em incremento de receita.

Respeitosamente,

Sérgio Rodrigues Alves
Secretário de Estado da Fazenda